

Paz moçambicana segue a contento de Roma

Manuela Paixão

Correspondente em Roma

O governo italiano manifesta satisfação pelo modo como estão a decorrer, em Roma, as negociações para a paz moçambicana, e por não existirem planos para introduzir novos mediadores na questão, o que, aliás, foi afirmado pelo secretário de Estado para a Cooperação, Durão Barroso.

«Consideramos muito positivo o apoio que Portugal nos tem dado neste sentido, e a disponibilidade demonstrada para partilhar as responsabilidades no pós-cessar fogo», declarou Mario Raffaelli, durante a primeira conferência de Imprensa do governo italiano sobre o processo de paz em Moçambique, realizada, na última semana, no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

O porta-voz da mediação italiana reafirmou uma vez mais o seu optimismo sobre a evolução das negociações, e indicou a possibilidade da discussão sobre os partidos ser concluída, e o acordo assinado, possivelmente ainda

este mês. A fase seguinte, conhecidas já as posições das duas delegações, não deverá também levar muito tempo a ser concluída.

«Posso afirmar, com base na mudança radical do carácter das negociações desde a assinatura do protocolo sobre as garantias, que certamente se iniciará, ainda antes do final do ano, a discussão para o cessar-fogo definitivo e as próximas eleições em Moçambique, último passo para acabar com uma guerra que, nos últimos 16 anos, fez mais de um milhão de vítimas», declarou Raffaelli.

Prisioneiros políticos são questão difícil

O problema dos prisioneiros políticos, no entanto, «não será fácil de resolver», afirmou aquele responsável em declarações feitas ao DN, constituindo, assim, o último ponto da agenda, e devendo ser tratado no âmbito das garantias finais.

Quanto aos projectos de cooperação italiana para a recuperação económica de

Moçambique — onde se incluem reestruturações de altíssimo significado, como as dos portos de Maputo e da Beira —, estes continuam a fazer parte das prioridades do governo de Roma, que pretende destinar-lhes uma verba de mais de 500 mil milhões de liras (55 milhões de contos).

O arcebispo da Beira, D. Jaime, um dos mediadores oficiais nestas negociações, justificou, por seu turno, o facto da Igreja moçambicana participar no processo, como inserindo-se na vontade e política do Vaticano de fazer actuar as igrejas locais nos processos de democratização do mundo actual, o que se aplica, aliás, aos países do leste europeu.

«As duas delegações presentes em Roma são recebidas regularmente no próprio Vaticano, demonstrando que a mediação da Santa Sé, através da Igreja de Moçambique, não é neste caso uma coisa vaga, e está a ser efectuada de acordo com a metodologia e política papal», acrescentou aquele eclesiástico.